

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO ESTADO DE RONDÔNIA - CAU/RO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE RONDÔNIA - CAU RO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO
Porto Velho - RO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 06 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 1 SP 013846/O-1 - S - RO

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - RO

CAU - RO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia

CNPJ: 15.008.662/0001-85

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2016 à 31/12/2016

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
ATIVO CIRCULANTE	539.888,10	577.865,92	PASSIVO CIRCULANTE	63.457,87	45.876,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	494.499,22	444.779,35	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	33.272,70	129.017,31	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12.116,18	4.069,26	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	148,63	7.740,96
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	2.328,00	1.318,10
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	60.981,24	33.918,14
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	140.436,85	134.394,85	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	2.898,95
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	140.436,85	134.394,85	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	231.771,44	200.715,44	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	91.334,59	66.320,59	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	63.457,87	45.876,15

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	616.867,08	666.384,62
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	616.867,08	666.384,62
TOTAL	680.324,95	712.260,77	TOTAL	680.324,95	712.260,77
ATIVO FINANCEIRO	494.499,22	444.779,35	PASSIVO FINANCEIRO	56.357,87	45.876,15
ATIVO PERMANENTE	185.825,73	267.481,42	PASSIVO PERMANENTE	7.100,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				616.867,08	666.384,62

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	438.141,35	398.903,20

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2017

RAÍSA TAVARES THOMAZ
Presidente
CAU 70879-8
530.705.772-53

GIOVANI DA SILVA BARCELOS
Tesoureiro
CAU A38310-4
666.569.580-87

RONALDO M. HELLA
Contabilista
CRC 3.012/O-9 RO
873.025.869-34

CAU - RO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia

CNPJ: 15.008.662/0001-85

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.113.401,41	1.033.024,87	Despesa Orçamentária	1.046.104,38	856.267,61
RECEITA REALIZADA	1.113.401,41	1.033.024,87	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		7.740,96
RECEITA CORRENTE	1.113.401,41	1.033.024,87	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.046.104,38	848.526,65
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	207.099,82	171.554,31	DESPEZA CORRENTE	1.015.048,38	848.526,65
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	207.099,82	171.554,31	PESSOAL	490.551,66	450.318,91
ANUIDADES	207.099,82	171.554,31	MATERIAL DE CONSUMO	10.225,78	18.884,82
RECEITA DE SERVIÇOS	486.191,54	377.994,28	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	122.794,20	97.884,32
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	486.191,54	377.860,55	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	295.426,24	246.324,08
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		133,73	ENCARGOS DIVERSOS	24.408,34	17.800,49
FINANCEIRAS	47.679,13	38.886,64	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.642,16	17.314,03
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	13.719,06	9.326,40	DESPEZA DE CAPITAL	31.056,00	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	33.960,07	29.560,24	INVESTIMENTOS	31.056,00	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	33.960,07	29.560,24			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	372.382,06	444.341,85			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48,86	247,79			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	48,86	247,79			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	543.256,99	456.020,41	Pagamentos Extraorçamentários	560.834,15	444.981,89

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados		7.740,96	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	7.740,96	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.831,58	49.457,11	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	57.730,53	46.558,16
Outros Recebimentos Extraorçamentários	488.425,41	398.822,34	Outros Pagamentos Extraorçamentários	495.362,66	398.423,73
Saldo em espécie do Exercício Anterior	444.779,35	256.983,57	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	494.499,22	444.779,35
Caixa e Equivalente de Caixa	444.779,35	256.983,57	Caixa e Equivalente de Caixa	494.499,22	444.779,35
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados			Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		
Total:	2.101.437,75	1.746.028,85		2.101.437,75	1.746.028,85

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2017

RAÍSA TAVARES THOMAZ
 Presidente
 CAU 70879-8
 530.705.772-53

GIOVANI DA SILVA BARCELOS
 Tesoureiro
 CAU A38310-4
 666.569.580-87

RONALDO M. HELLA
 Contabilista
 CRC 3.012/O-9 RO
 873.025.869-34

CAU - RO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia

CNPJ: 15.008.662/0001-85

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.117.526,00	1.214.639,00	1.113.401,41	-101.237,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	207.020,00	235.364,00	207.099,82	-28.264,18
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	207.020,00	235.364,00	207.099,82	-28.264,18
ANUIDADES	207.020,00	235.364,00	207.099,82	-28.264,18
Pessoa Física - do Exercício	171.133,00	203.992,00	170.149,77	-33.842,23
Pessoa Física - do Exercício Anterior	0,00	0,00	16.318,16	16.318,16
Pessoa Jurídica - do Exercício	35.887,00	31.372,00	17.794,52	-13.577,48
Pessoa Jurídica - do Exercício Anterior	0,00	0,00	2.837,37	2.837,37
RECEITA DE SERVIÇOS	389.435,00	457.869,00	486.191,54	28.322,54
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	389.435,00	457.869,00	486.191,54	28.322,54
Pessoa Física - RRT	389.435,00	457.869,00	486.191,54	28.322,54
FINANCEIRAS	45.394,00	45.680,00	47.679,13	1.999,13
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	17.894,00	18.180,00	13.719,06	-4.460,94
Pessoas Físicas	17.894,00	18.180,00	13.719,06	-4.460,94
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.500,00	27.500,00	33.960,07	6.460,07
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	27.500,00	27.500,00	33.960,07	6.460,07
Poupança	27.500,00	27.500,00	33.960,07	6.460,07
TRANSFERENCIAS CORRENTES	475.677,00	475.677,00	372.382,06	-103.294,94
Fundo Nacional de Apoio	475.677,00	475.677,00	372.382,06	-103.294,94

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	49,00	48,86	-0,14	
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		0,00	49,00	48,86	-0,14	
Receitas Não Identificadas		0,00	49,00	48,86	-0,14	
RECEITA DE CAPITAL		150.000,00	150.000,00	0,00	-150.000,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		150.000,00	150.000,00	0,00	-150.000,00	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE		150.000,00	150.000,00	0,00	-150.000,00	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Superávit do Orçamento Corrente)		150.000,00	150.000,00	0,00	-150.000,00	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		1.267.526,00	1.364.639,00	1.113.401,41	-251.237,59	
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		1.267.526,00	1.364.639,00	1.113.401,41	-251.237,59	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.096.735,00	1.192.647,16	1.015.048,38	1.015.048,38	1.015.048,38	177.598,78
PESSOAL	446.130,40	523.462,53	490.551,66	490.551,66	490.551,66	32.910,87
PESSOAL E ENCARGOS	386.130,40	469.712,53	437.301,66	437.301,66	437.301,66	32.410,87
REMUNERAÇÃO PESSOAL	285.822,80	313.798,57	300.091,46	300.091,46	300.091,46	13.707,11
Salários	257.240,52	257.218,85	256.661,11	256.661,11	256.661,11	557,74
Gratificação de Função	0,00	2.421,67	2.421,67	2.421,67	2.421,67	0,00
Gratificação de Natal - 13º Salário	0,00	25.575,77	22.542,03	22.542,03	22.542,03	3.033,74
Férias	28.582,28	28.582,28	18.466,65	18.466,65	18.466,65	10.115,63
ENCARGOS SOCIAIS	54.443,60	108.268,29	89.944,20	89.944,20	89.944,20	18.324,09
INSS Patronal	31.292,00	71.620,61	62.955,86	62.955,86	62.955,86	8.664,75
FGTS	20.579,22	32.231,18	23.983,12	23.983,12	23.983,12	8.248,06
PIS s/ Folha de Pagamento	2.572,38	4.416,50	3.005,22	3.005,22	3.005,22	1.411,28
BENEFÍCIOS A PESSOAL	45.864,00	47.645,67	47.266,00	47.266,00	47.266,00	379,67

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Vale Transporte	6.864,00	8.624,00	8.591,00	8.591,00	8.591,00	33,00
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	39.000,00	39.021,67	38.675,00	38.675,00	38.675,00	346,67
DIÁRIAS	60.000,00	53.750,00	53.250,00	53.250,00	53.250,00	500,00
Funcionários Diarias	60.000,00	53.750,00	53.250,00	53.250,00	53.250,00	500,00
MATERIAL DE CONSUMO	38.000,00	13.000,00	10.225,78	10.225,78	10.225,78	2.774,22
MATERIAL DE CONSUMO	38.000,00	13.000,00	10.225,78	10.225,78	10.225,78	2.774,22
Material de Expediente	18.000,00	2.345,31	2.182,76	2.182,76	2.182,76	162,55
Material de Limpeza e Produtos de Higiene	0,00	154,69	154,69	154,69	154,69	0,00
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0,00	2.500,00	2.310,00	2.310,00	2.310,00	190,00
Combustíveis e Lubrificantes	20.000,00	8.000,00	5.578,33	5.578,33	5.578,33	2.421,67
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	92.547,60	139.332,43	122.794,20	122.794,20	122.794,20	16.538,23
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	10.497,60	16.657,93	16.657,20	16.657,20	16.657,20	0,73
Remuneração de Estagiários	10.497,60	16.657,93	16.657,20	16.657,20	16.657,20	0,73
DIÁRIAS	82.050,00	122.674,50	106.137,00	106.137,00	106.137,00	16.537,50
Conselheiros/Convidados - Diarias	82.050,00	122.674,50	106.137,00	106.137,00	106.137,00	16.537,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	478.420,00	418.437,46	295.426,24	295.426,24	295.426,24	123.011,22
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	49.086,00	47.186,00	45.184,40	45.184,40	45.184,40	2.001,60
Consultoria Contábil	23.166,00	23.166,00	21.184,40	21.184,40	21.184,40	1.981,60
Consultoria Jurídica	25.920,00	24.020,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	20,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	49.139,00	50.992,00	32.546,72	32.546,72	32.546,72	18.445,28
Divulgação em Jornais e Revistas	21.139,00	21.139,00	3.193,84	3.193,84	3.193,84	17.945,16
Divulgação em Rádio e TV	16.000,00	16.000,00	15.500,00	15.500,00	15.500,00	500,00
Outros Serviços de Comunicação e Divulgação	12.000,00	13.853,00	13.852,88	13.852,88	13.852,88	0,12
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	50.497,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção Sistema Informatizado	50.497,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS	242.973,00	228.890,42	138.918,47	138.918,47	138.918,47	89.971,95

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Serviços de Medicina do Trabalho	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Seleção, Trein. e Orient. Profissional	10.208,00	9.500,00	5.430,52	5.430,52	5.430,52	4.069,48
Serviços de Intermediação de Estágios	1.680,00	1.680,00	1.474,08	1.474,08	1.474,08	205,92
Serviços Fotográficos e Vídeos	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	0,00	3.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	1.000,00
Seguros de Bens Móveis	5.000,00	3.522,17	3.522,17	3.522,17	3.522,17	0,00
Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	0,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	0,00
Locação de Bens Imóveis	0,00	1.151,74	1.151,74	1.151,74	1.151,74	0,00
Imóveis Serviços de Reparos, Adapt. e Conserv de Bens Móveis e	30.000,00	23.949,00	18.220,99	18.220,99	18.220,99	5.728,01
Manutenção e Conservação de Veículos	4.000,00	4.602,00	4.602,00	4.602,00	4.602,00	0,00
Serviços de Energia Elétrica e Gás	8.500,00	4.268,25	3.560,62	3.560,62	3.560,62	707,63
Serviços de Água e Esgoto	6.000,00	25.111,00	15.937,73	15.937,73	15.937,73	9.173,27
Serviços de Correios e Telégrafos	26.000,00	9.307,00	5.583,07	5.583,07	5.583,07	3.723,93
Serviços Gráficos	49.000,00	50.230,00	48.464,00	48.464,00	48.464,00	1.766,00
Despesas com Telecomunicações	15.000,00	15.600,00	9.407,46	9.407,46	9.407,46	6.192,54
Cópias, Encadernações e Microfilmagens	3.000,00	5.310,00	4.542,80	4.542,80	4.542,80	767,20
Despesas com Concursos	58.762,00	44.236,26	0,00	0,00	0,00	44.236,26
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	5.082,00	5.082,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	882,00
Carteiras Profissionais	1.000,00	1.000,00	267,50	267,50	267,50	732,50
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	3.741,00	7.741,00	4.953,79	4.953,79	4.953,79	2.787,21
PASSAGENS	86.725,00	91.369,04	78.776,65	78.776,65	78.776,65	12.592,39
Conselheiros/Convidados - Passagens	62.725,00	74.169,04	61.665,26	61.665,26	61.665,26	12.503,78
Funcionários - Passagens	24.000,00	17.200,00	17.111,39	17.111,39	17.111,39	88,61
ENCARGOS DIVERSOS	20.500,00	26.772,58	24.408,34	24.408,34	24.408,34	2.364,24
ENCARGOS DIVERSOS	20.500,00	26.772,58	24.408,34	24.408,34	24.408,34	2.364,24

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Despesas Judiciais	0,00	500,00	351,35	351,35	351,35	148,65
Indenizações e Restituições	5.000,00	6.401,75	6.119,56	6.119,56	6.119,56	282,19
Impostos e Taxas	1.500,00	2.500,00	1.636,77	1.636,77	1.636,77	863,23
Taxas Bancárias	14.000,00	17.370,83	16.300,66	16.300,66	16.300,66	1.070,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.137,00	71.642,16	71.642,16	71.642,16	71.642,16	0,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	21.137,00	21.139,41	21.139,41	21.139,41	21.139,41	0,00
Fundo Nacional de Apoio aos CAU UF	21.137,00	21.139,41	21.139,41	21.139,41	21.139,41	0,00
MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS	0,00	50.502,75	50.502,75	50.502,75	50.502,75	0,00
Centro de Serviços Compartilhados - CSC	0,00	50.502,75	50.502,75	50.502,75	50.502,75	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	150.000,00	150.000,00	31.056,00	31.056,00	31.056,00	118.944,00
INVESTIMENTOS	150.000,00	150.000,00	31.056,00	31.056,00	31.056,00	118.944,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	150.000,00	150.000,00	31.056,00	31.056,00	31.056,00	118.944,00
Máquinas e Equipamentos	10.000,00	10.000,00	968,00	968,00	968,00	9.032,00
Veículos	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Equipamentos de Processamento de Dados	70.000,00	70.000,00	30.088,00	30.088,00	30.088,00	39.912,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	20.791,00	21.991,84	0,00	0,00	0,00	21.991,84
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	20.791,00	21.991,84	0,00	0,00	0,00	21.991,84
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.267.526,00	1.364.639,00	1.046.104,38	1.046.104,38	1.046.104,38	318.534,62
SUPERÁVIT	0,00	0,00	67.297,03	0,00	0,00	-67.297,03
TOTAL	1.267.526,00	1.364.639,00	1.113.401,41	1.046.104,38	1.046.104,38	251.237,59

DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
------------------------	-----------------	--------------------	---------------------	---------------------	----------------	---------------

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2017

RAÍSA TAVARES THOMAZ
Presidente
CAU 70879-8
530.705.772-53

GIOVANI DA SILVA BARCELOS
Tesoureiro
CAU A38310-4
666.569.580-87

RONALDO M. HELLA
Contabilista
CRC 3.012/O-9 RO
873.025.869-34

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.202.473,88	1.153.896,24	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.158.839,40	893.482,52
CONTRIBUIÇÕES	296.172,29	292.425,68	PESSOAL E ENCARGOS	457.264,76	430.446,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	296.172,29	292.425,68	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	411.168,76	385.666,26
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	296.172,29	292.425,68	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	411.168,76	385.666,26
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	486.191,54	377.994,28	BENEFÍCIOS A PESSOAL	46.096,00	44.780,50
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	486.191,54	377.994,28	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	46.096,00	44.780,50
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	486.191,54	377.994,28	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	531.118,56	445.721,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	47.679,13	38.886,64	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	10.225,78	18.884,82
JUROS E ENCARGOS DE MORA	13.719,06	9.326,40	CONSUMO DE MATERIAL	10.225,78	18.884,82
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	13.719,06	9.326,40	SERVIÇOS	495.878,78	402.301,83
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	33.960,07	29.560,24	DIARIAS	159.387,00	117.654,32
MULTAS SOBRE ANUIDADES	33.960,07	29.560,24	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	95.433,85	83.778,96
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	372.382,06	444.341,85	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	241.057,93	200.868,55
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	372.382,06	444.341,85	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	25.014,00	24.535,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	372.382,06	444.341,85	DEPRECIACAO	25.014,00	24.535,08
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	48,86	247,79	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	71.642,16	17.314,03
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	48,86	247,79	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	71.642,16	17.314,03
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	48,86	247,79	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	71.642,16	17.314,03
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	91.665,06	0,00
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	91.665,06	0,00
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	91.665,06	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.148,86	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.148,86	0,00
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	7.148,86	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total das Variações Ativas :	1.202.473,88	1.153.896,24	Total das Variações Passivas :	1.158.839,40	893.482,52
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	43.634,48	260.413,72
Total	1.202.473,88	1.153.896,24	Total	1.202.473,88	1.153.896,24

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2017

RAÍSA TAVARES THOMAZ
 Presidente
 CAU 70879-8
 530.705.772-53

GIOVANI DA SILVA BARCELOS
 Tesoureiro
 CAU A38310-4
 666.569.580-87

RONALDO M. HELLA
 Contabilista
 CRC 3.012/O-9 RO
 873.025.869-34

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.113.401,41	1.033.024,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	207.099,82	171.554,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	207.099,82	171.554,31
ANUIDADES	207.099,82	171.554,31
RECEITA DE SERVIÇOS	486.191,54	377.994,28
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	486.191,54	377.860,55
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	133,73
FINANCEIRAS	47.679,13	38.886,64
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	13.719,06	9.326,40
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	33.960,07	29.560,24
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	33.960,07	29.560,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	372.382,06	444.341,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48,86	247,79
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	48,86	247,79
OUTROS INGRESSOS	543.256,99	448.279,45
DESEMBOLSOS		
OUTROS DESEMBOLSOS	560.834,15	444.981,89
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.095.824,25	1.036.322,43
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
DESPEZA CORRENTE	1.015.048,38	848.526,65
PESSOAL	490.551,66	450.318,91
MATERIAL DE CONSUMO	10.225,78	18.884,82
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	122.794,20	97.884,32
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	295.426,24	246.324,08
ENCARGOS DIVERSOS	24.408,34	17.800,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.642,16	17.314,03
DESPEZA DE CAPITAL	31.056,00	0,00
INVESTIMENTOS	31.056,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.046.104,38	-848.526,65
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	49.719,87	187.795,78
--	-----------	------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	444.779,35	256.983,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	494.499,22	444.779,35

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2017

RAÍSA TAVARES THOMAZ

Presidente

CAU 70879-8

530.705.772-53

GIOVANI DA SILVA BARCELOS

Tesoureiro

CAU A38310-4

666.569.580-87

RONALDO M. HELLA

Contabilista

CRC 3.012/O-9 RO

873.025.869-34

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU RO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/RO é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/RO. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Avenida Carlos Gomes, 501 – Caiari (Porto Velho-RO).

2. Apresentação das demonstrações contábeis.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressalta-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RO procedeu a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao encerramento do exercício de 2017.

b) Base de mensuração – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores do exercício corrente, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) Julgamento pela aplicação – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RO, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Créditos de Anuidades	207.099,82	171.554,31
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(183.064,72)	-

Do montante de R\$183.064,72 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$91.665,06, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$ 91.399,66 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como "Ajustes de Exercício Anteriores" reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/RO segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RO procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração – O CAU/RO adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	(7.100,00)	-
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	-	-
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	-	-
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	-	-
Total	(7.100,00)	-

Do Valor total de R\$7.100,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, este montante refere-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial Efetivo – Superávit Patrimonial

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.8, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2017 efetivo, excluído dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	494.499,22	444.779,35
	<u>494.499,22</u>	<u>444.779,35</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos a curto prazo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos de anuidades do exercício	216.337,42	129.017,31
(-) Provisão para devedores duvidosos	(183.064,72)	-
	<u>33.272,70</u>	<u>129.017,31</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 90 a 180 dias	216.337,42	129.017,31
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(183.064,72)	-
	<u>33.272,70</u>	<u>129.017,31</u>
Total	<u>33.272,70</u>	<u>129.017,31</u>

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Registra o valor a receber de R\$12.116,18 (doze mil cento e dezesseis reais e dezoito centavos) conforme demonstramos:

	<u>2017</u>
A Adiantamento de férias	2.287,09
b Sindicato	82,65
C Tributo e Contribuição	1.355,54
d Instituto Nacional de Licitação HQZ Ltda	2.211,23
e R.M.V Silva ME:	5.719,20
F Vivaldo Nogueira Gomes:	40,63
G Entidades Públicas Devedoras	419,84
Total	<u>12.116,18</u>

a) Adiantamento de férias: R\$2.287,09 (Dois mil duzentos e oitenta e sete reais e nove centavos), refere-se a adiantamento de férias a funcionários;

b) Sindicato: R\$82,65 (oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), refere-se a pagamento de Contribuição Sindical paga a maior. O ressarcimento se dará através de processo junto ao sindicato;

c) Tributos e Contribuições: R\$1.355,54 (um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), refere-se a pagamentos indevidos de Impostos;

d) Instituto Nacional de Licitação HQZ Ltda: R\$2.211,23 (dois mil, duzentos e onze reais e vinte e três centavos), refere-se a pagamento efetuado em duplicidade;

e) R.M.V Silva ME: R\$5.719,20 (cinco mil setecentos e dezenove reais e vinte centavos) refere-se a pagamento efetuado em duplicidade;

f) Vivaldo Nogueira Gomes: R\$40,63 (quarenta reais e sessenta e três centavos) refere-se à devolução de taxa ressarcida a profissional a maior.

g) Entidades Públicas Devedoras – Caixa Econômica Federal: registra o valor a receber de R\$419,84 (quatrocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), refere-se ao pagamento de FGTS em duplicidade. O ressarcimento se dará através de processo junto ao Caixa Econômica Federal.

8. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Veículos	88.890,00	(42.500,40)	46.389,60	88.890,00
Móveis e utensílios	62.186,83	(15.899,40)	46.287,43	62.186,83
Equipamentos de informática	27.057,00	(20.528,06)	6.528,94	27.057,00
Máquinas e Equipamentos	22.581,61	(12.406,73)	10.174,88	22.581,61
Total	<u>200.715,44</u>	<u>(91.334,59)</u>	<u>109.380,85</u>	<u>200.715,44</u>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme descrito Nota 3.4

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31.12.2017</u>
Veículos	88.890,00	-	-	(10.000,08)	78.889,92
Móveis e utensílios	62.186,83	23.088,00	-	(5.599,44)	79.675,39
Equipamentos de informática	27.057,00	7.000,00	-	(5.668,15)	28.388,85
Máquinas e Equipamentos	22.581,61	968,00	-	(3.746,33)	19.803,28
Total	<u>200.715,44</u>	<u>31.056,00</u>	<u>-</u>	<u>(25.014,00)</u>	<u>206.757,44</u>

9. Fornecedores a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prestação de serviço	-	7.740,96
Outros fornecedores	148,63	-
Total	<u>148,63</u>	<u>7.740,96</u>

O valor de R\$148,63 (cento e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos) refere-se a ressarcimento a profissionais arquitetos e urbanistas que até o momento não foram devolvidos.

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	148,63	7.740,96
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	<u>148,63</u>	<u>7.740,96</u>

10. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para férias e encargos sociais	53.881,24	33.918,14
IRRF a recolher	-	935,61
PIS e COFINS a recolher	527,25	282,97
Outros impostos a recolher	1.800,75	1035,13
Total	<u>56.209,24</u>	<u>36.171,85</u>

11. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim representadas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cíveis	<u>7.100,00</u>	-
Total	<u>7.100,00</u>	-

A movimentação da provisão no exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>2017</u>
Cíveis	-	7.100,00	-	-	-	7.100,00
Total	<u>-</u>	<u>7.100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.100,00</u>

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2017 os valores anteriormente mencionados, foram computados nos montantes acima R\$7.100,00 decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

11. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/RO, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

12. Despesas por natureza

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal e encargos	457.264,76	430.446,76
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	531.118,56	445.721,73
Transferências concedidas	71.642,16	17.314,03
Desvalorização e perda de ativos	91.665,06	-
Outras variações patrimoniais diminutivas	7.148,86	-
Total	<u>1.158.839,40</u>	<u>893.482,52</u>

13. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.202.473,88	1.153.896,24
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	<u>(1.158.839,40)</u>	<u>(893.482,52)</u>
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>43.634,48</u>	<u>260.413,72</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.113.401,41	1.033.024,87
(-) Despesas Empenhadas	<u>(1.046.104,38)</u>	<u>(856.267,61)</u>
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>67.297,03</u>	<u>176.757,26</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo Disponível Apurado	494.499,22	444.779,35
(-) Passivo Financeiro	<u>(56.357,87)</u>	<u>(45.876,15)</u>
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>438.141,35</u>	<u>398.903,20</u>

14. Seguros (Não Auditado)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	-
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 01 (um) veículo	100.000,00
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	-
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<u>100.000,00</u>

15. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

16. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Porto Velho/RO, 06 de abril de 2018.

Ronaldo M. Hella
Contabilista
CRC 3.012/O-9 RO
CPF: 873.025.869-34